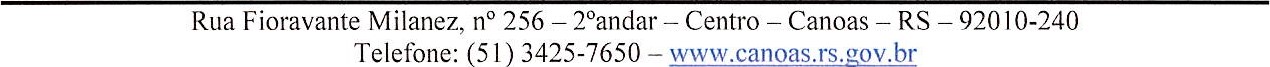
TERMO DE REFERÊNCIA

RESTAURO DA VILLA NENÊ

MUNIICÍPIO DE CANOAS



-

I

1. Objeto:

Contratação de empresa especializada para execução de obra de restauro, recuperação e conservação da Villa Nenê - imóvel tombado como Patrimônio Cultural, através do Decreto no 1062, de 01 de outubro de 2009, com área total de 295,00 m2, localizada à Rua Santos Ferreira, 442, bairro Marechal Rondon, Canoas/RS, nos termos do Convênio FPE 76/2022, firmado entre o Município de Canoas e a Secretaria de Estado da Cultura — SEDAC.

O objeto do contrato deverá contemplar os seguintes serviços: Ensaios destrutivos e não destrutivos, projeto executivo, fundações e estruturas de concreto armado, vedações e esquadrias, acabamentos, cobertura, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias, climatização, execução do Plano de Prevenção contra incêndio, paisagismo e execução da calçada, de acordo com os projetos e demais anexos.

Os serviços serão executados em imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Canoas, localizado à Rua Santos Ferreira, 442, bairro Marechal Rondon, Canoas/RS.

2. Objetivo da Contratação

O presente Termo de Referência tem como objetivo estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para a obra de restauro, recuperação e conservação da Villa Nenê, visando à preservação do patrimônio cultural, de valor histórico e arquitetônico para o município de Canoas. Devido à sua importância histórica para o município, a edificação terá as suas instalações adequadas à implantação da sede complementar do Museu Hugo Simões Lagranha, para abrigar o acervo técnico da Villa Nenê, Sala de Exposições e demais espaços de apoio voltados à educação e cultura.

A execução deverá ser realizada de forma a respeitar as orientações e diretrizes das políticas públicas de preservação e proteção dos bens culturais, os valores estéticos e culturais do bem, com o mínimo de interferência na sua autenticidade, sobretudo o que envolve a arquitetura, valores históricos, os materiais e processos construtivos originais, as características espaciais, bem como os projetos básicos.

1. Justificativa técnica:

Localizada em área estratégica no município, a Villa Nenê, símbolo da urbanização do início do século XX e exemplar de arquitetura eclética de Canoas, o bem foi tombado como Patrimônio Cultural, para fins de recuperação e preservação da memória e da história da Cidade de Canoas. Não obstante, visa a oferecer uma diversidade maior de espaços que possibilitem maior acesso à cultura e de resgate da memória e identidade da cidade.



1. Projetos:

O projeto básico de restauro foi elaborado considerando o estado de conservação da edificação, verificado através de levantamentos físicos e vistorias técnicas realizadas no local. Os estudos preliminares elaborados para recuperação e reforço tiveram como premissa o comprometimento estrutural da edificação, pela exposição continua às intempéries e por biodegradação dos elementos construtivos que compõem a edificação.

Outra premissa considerada foi o respeito aos valores estéticos e culturais do patrimônio, ainda considerando a autenticidade dos materiais a serem empregados, no que ainda é possível ser resgatado, e os processos construtivos de reforço estrutural.

Visando a preservar a arquitetura e as características originais da edificação, na impossibilidade de manutenção dos materiais originais, deverão ser utilizados outros compatíveis ou similares aos existentes, em suas características físicas, químicas e mecânicas, aspectos de cor e textura, resguardado o emprego de novas tecnologias, para recuperação estrutural.

Para tanto, deverá ser observada a Carta Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios — Carta de Veneza (1964) com ênfase nos seus artigos 90, 100, 1 1 0, 12 e 130.

Quanto ao uso residencial, original da edificação, o projeto pretende implantar o conceito de Retrofit, considerando a revitalização e a implantação da atividade de museu.

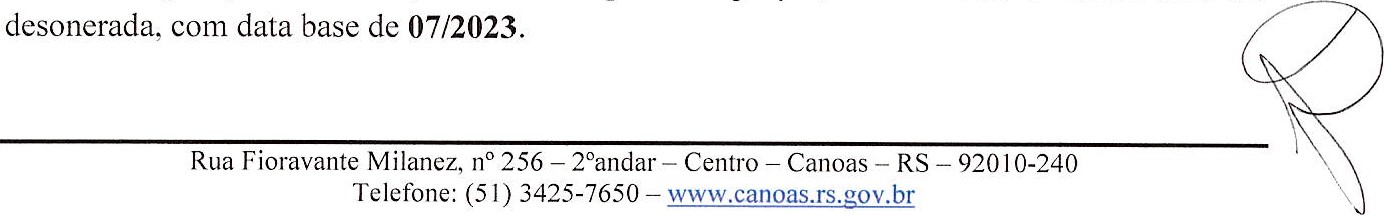
Os projetos básicos, em conformidade com o item XXVI, Art. 60, Capítulo III, da Lei 14.133 de 1 0 de abril de 2023, foram os seguintes Projetos Básicos: Estudo Preliminar, Arquitetônico, de Fundações, Estrutural, de Instalações Elétricas, de Instalações Hidrossanitárias, de Climatização, Projeto Paisagismo e Plano de Prevenção Contra Incêndios - PPCI.

5. Planilha Orçamentária:

Os serviços e respectivos quantitativos apresentados estão discriminados com seus códigos e valores unitários máximo aceitáveis, suas composições e cotações de mercado.

A Planilha Orçamentária foi concebida pelo resultado dos quantitativos de serviços necessários à execução do objeto, extraídos do Projeto Básico.

Aos valores unitários foram acrescidos os percentuais de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de 24,66% e dos Encargos Sociais (ES) 83,34%(hora) 46,32% (mês) conforme ss 20, do Art. 23, da Lei no 14.133 de 1 0 de Abril de 2021 e Tabela SINAPI 07/2023.

Para a composição dos serviços e seus respectivos preços, foi utilizada a Tabela SINAPI desonerada, com data base de 07/2023.

Para os serviços que não constam nas Tabela SINAPI, os valores foram definidos por meio da utilização de parâmetros, respeitada a ordem estabelecida nos itens II, III, IV 20 e SS 3 0, do Art. 23, da Lei no 14.133 de 1 0 de Abril de 2021.

Não havendo composições no SINAPI para determinado serviço, foram realizadas composições próprias, compostas por insumos e composições da tabela SINAPI elou valores obtidos através da ordem do parâmetros constantes nos itens II, III, IV SS 20 e SS 3 0, do Art. 23, da Lei no 14.133 de 1 0 de Abril de 2021.

Na Planilha Orçamentária é apresentada a fonte de consulta, o código do produto desta fonte ou o código da composição ou o código dos parâmetros dotados, a descrição do serviço, o quantitativo, o valor unitário sem BDI, Valor unitário com BDI, Valor Total com BDI, Encargos Sociais (ES), bem como cabeçalho com descrição da obra, data base de consulta e índices de BDI aplicados.

A consulta às tabelas SINAPI, podem ser realizadas através do site da Caixa Econômica Federal:

# https://www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria 660

O licitante deverá apresentar nas propostas financeiras a configuração de truncamento na segunda casa decimal.

ANEXO I - Planilha Orçamentária, composições, cotações.

6. Reajuste Contratual

Para fins de reajuste contratual deverá ser utilizada a data-base do SINAPI 07/2023.

O reajuste dos valores contratados se dará anualmente, conforme índice da variação da tabela SINAPI, mês de referência utilizado para a elaboração do orçamento pelo município, conforme Lei no 10.192/2001 e Decreto Municipal no 433/2021.

7. Cronograma Físico-Financeiro

O cronograma físico-financeiro referencial foi estimado com base nas etapas analíticas do projeto de restauro (EAP), com o levantamento e divisão da execução dos projetos e sequenciamento das suas etapas e atividades. Foi planejada a ordem adequada para execução de cada etapa da obra, bem como foram consideradas as possíveis intercorrências previstas, como intempéries típicas do período e restrições relacionadas à caraterística e natureza da obra.

ANEXO II - Cronograma Físico/Financeiro

8. Dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

Para a elaboração do BDI, foi adotado o tipo de obra: Construção e reforma de edifícios, tipo mais adequado ao objeto deste termo de referência.

Foi empregada a fórmula:

(1-CP-ISS-CRPB)

Em conformidade com a legislação tributária municipal, estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: Sobre a base de cálculo, a respectiva alíquota do ISS (entre 3% e 5%), considerando o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, adotado para elaboração do orçamento, foi Desoneração .COM DESONERAÇÃO), e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública, conforme Acórdão 2622/2013 — TCU.

Foi adotado a tabela SINAPI desonerado, pois, a natureza desta obra de reforma, possui grande quantidade de mão de obra, sendo assim, os custos relativos ao encargos sociais sobre a mão de obra são reduzidos, obtendo ao município vantagem financeira sobre o custo da obra.

ANEXO 111 - Benefícios e Despesas Indiretas - BDI.

9. Regime de Execução

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, conforme Art. 10, inciso II, alínea "b" da Lei 8.666/93 e item I, Art. 46 da Lei no 14.133 de 1 0 de Abril de 2021.

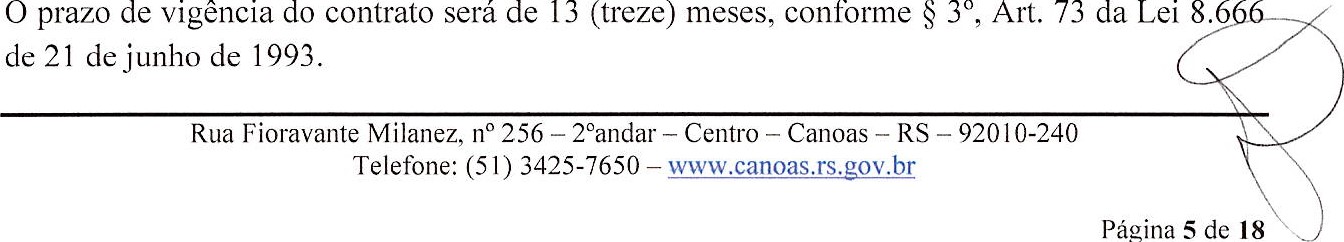
10. Dos prazos

Do Prazo de Execução

O prazo de execução será conforme cronograma físico-financeiro, estimado em 10 (dez) meses.

Do prazo de Vigência

Relativamente ao prazo de vigência, deverão ser considerados, além do prazo da efetiva execução do obj eto, os prazos para recebimento provisório e definitivo da obra e outros trâmites legais relativos à contratação.

O prazo de vigência do contrato será de 13 (treze) meses, conforme SS 3 0 Art. 73 da Lei 8.6

11. Qualificação Técnica

Indica-se a necessidade de comprovação de expertise da CONTRATADA no método construtivo e tipologia das fundações em tela.

Não obstante, por se tratar de obra de restauro de patrimônio cultural, esta é uma atividade privativa de arquiteto e urbanista, conforme agente no Recurso Especial 110 1 .813.857 — PR (2019/0134191-0) -STJ.

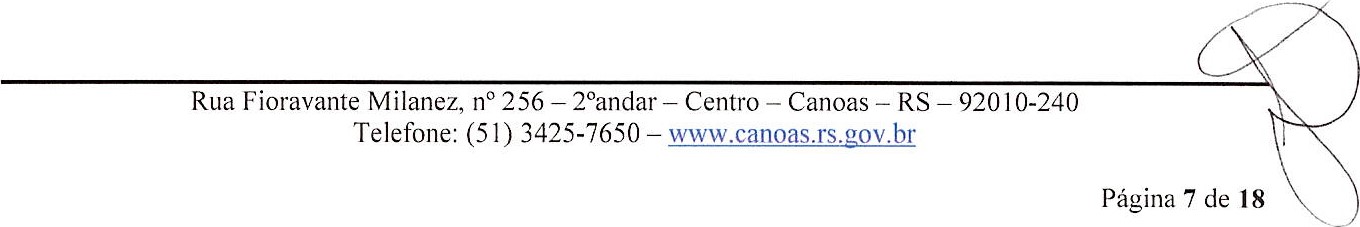
Para o cumprimento da legislação, dentro do que estabelece a Lei 8.666/93, é definida a limitação de exigência às parcelas mais significativas, que foram definidas em vários Acórdãos do Tribunal de Contas da União, entre eles o de no 170/2007, mas que são basicamente os principais custos e atividades chaves para a execução do objeto. Neste projeto foi definido os seguintes quesitos como mais relevantes do projeto:

* Execução de obras de edificação com estrutura em concreto armado, de similar ou superior complexidade;
* Execução de Obra de Restauração Arquitetônica, em edificação(ões) protegida(s) por legislação de tombamento em âmbito federal, Estadual ou municipal, acompanhada de cópia da(s) certidão(ões) de tombamento da(s) respectiva(s) edificação(ões), ou legislações, emitida(s) pelo(s) órgão(s) responsável(eis), em quantidade de 50% do objeto do Edital.
* A empresa deverá possuir no seu quadro técnico: no mínimo O1 arquiteto e urbanista, que apresente registro válido no CAU, que comprove ter execução obra de Restauração Arquitetônica em edificação(ões) protegida(s) por legislação de tombamento em âmbito federal, estadual ou municipal. Este profissional responderá como Coordenador de todos os trabalhos relativos à execução da obra.

1. Declaração formal, conforme modelo anexo, de disponibilidade dos equipamentos adequados à realização do objeto, bem como do pessoal técnico adequado e de indicação do(s) Responsável(eis) Técnico(s) pela execução do objeto da licitação, sendo este (s) no mínimo, 01 Arquiteto ou Arquiteto e Urbanista e 01 Engenheiro Civil, devidamente registrado(s) no CAU/CREA, assinada por representante legal ou por procurador credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, ou de carta de credenciamento, nos termos do modelo anexo.
2. Prova de que os responsável(is) técnico(s) indicado(s) pertence(m) ao quadro da licitante na data da abertura da licitação. Deverá ser feita mediante a apresentação de carteira profissional (CTPS) ou ficha de registro de empregados (FRE), no caso de vínc

empregatício, de ato constitutivo, contrato social ou estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário, admissível Contrato de Prestação de Serviço.

1. O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnica profissional, deverá(ão) participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo contratante.
2. Prova de Registro da Licitante e do (s) Responsável (eis) técnico(s) indicado(s), junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia — CREA, adicionalmente, ou através de certidão(ões), dentro de seu(s) prazo(s) de validade.
3. Comprovação de Capacidade Técnica Profissional dos responsáveis técnicos:

* Arquiteto ou arquiteto g urbanista, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CAU e acompanhado(s) da(s) CAT(s), emitida pelo CAU, pelo qual o profissional (is) indicado (s) comprove (em) ter executado obra compatível com a característica com o objeto do Edital, devendo apresentar, obrigatoriamente, no mínimo, as seguintes características similares ao objeto do Edital:
* Referir-se à execução de obras de Restauro de Patrimônio Histórico, em edificação(ões) protegida(s) por legislação de tombamento em âmbito federal, Estadual ou Municipal, acompanhada de cópia da(s) certidão(ões) de tombamento da(s) respectiva(s) edificação(ões), ou documento equivalente, emitida(s) pelo(s) órgão(s) responsável (eis).

 Engenheiro Civil, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado pelo CREA e acompanhado(s) da(s) CAT(s), emitida pelo CREA, pelo qual o profissional (is) indicado (s) comprove (em) ter executado obra compatível com a característica com o objeto do Edital, devendo apresentar, obrigatoriamente, no mínimo, as seguintes características similares ao objeto do Edital:

* Referir-se à execução de obras e serviços em edificações, com avaliação estrutural e recuperação de patologias;
* Referir-se à obra de edificação com estrutura em concreto armado, ou sistema construtivo similar ou de superior complexidade ao do objeto do Edital, excluindo estruturas de concreto pré-moldadas.
* Referir-se a execução de instalações elétricas em baixa tensão;
* Referir-se a execução de instalações hidrossanitárias;
* Referir-se a execução de fundações profundas de concreto armado.

1. Capacitação Técnica Operacional, através da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a licitante comprove ter executado obra compatível em característica com o objeto da licitação, devendo apresentar, obrigatoriamente, no mínimo, as seguintes características similares ao obj eto:
   * Referir-se à execução de obras de edificação, com estrutura em concreto armado, excluindo-se estruturas pré-moldadas, em sistema construtivo similar ou de superior complexidade ao do objeto do Edital, em quantidade de 50% do objeto do Edital.

e Referir-se à execução de obras de Restauro de Patrimônio Histórico, em edificação(ões) protegida(s) por legislação de tombamento em âmbito federal, Estadual ou municipal, acompanhada de cópia da(s) certidão(ões) de tombamento da(s) respectiva(s) edificação(ões), ou legislações, emitida(s) pelo(s) órgão(s) responsável(eis), em quantidade de 50% do objeto do Edital.

* + Referir-se a execução de instalações elétricas em baixa tensão; o Referir-se a execução de instalações hidrossanitárias; o Referir-se a execução de fundações profundas de concreto armado.

1. A empresa deverá possuir no seu quadro técnico no mínimo:

- 01 arquiteto ou arquiteto e urbanista, que apresente registro válido no CAU, que comprove ter executado obra de Restauração Arquitetônica em edificação(ões) protegida(s) por legislação de tombamento em âmbito federal, estadual ou municipal. Este profissional responderá como Coordenador de todos os trabalhos relativos à execução da obra.

 01 Engenheiro Civil, que apresente registro válido no CREA, que comprove ter executado obra nas áreas engenharia de materiais e patologia das edificações.

1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, identificação do tipo ou natureza do serviço, endereço completo do serviço, data de início e conclusão do serviço, nome e título dos responsáveis técnicos, número do registro no CAU e no CREA, se for o caso, dos responsáveis técnicos, descrição dos serviços executados e suas quantidades, número da RRT e ART e número do contrato ou documento equivalente.
2. Não será aceito atestado de obra inacabada ou executada parcialmente.
3. Será admitido participação de Consórcio de Empresas no presente certame.
4. Declaração de reconhecimento do local da obra, assinada pelo responsável técnico indicado, nos termos do modelo anexo.

- A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes que, após a apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

- As visitas ao local das obras poderá ser realizado com o acompanhamento de um servidor do Escritório de Projetos. O agendamento poderá ser realizado através do telefone (51) 3425-7650.

1. Requisitos para apresentação das Propostas

Será admitido participação de Consórcio de Empresas no presente certame.

1. Das condições para emissão da Ordem de Início dos Serviços:

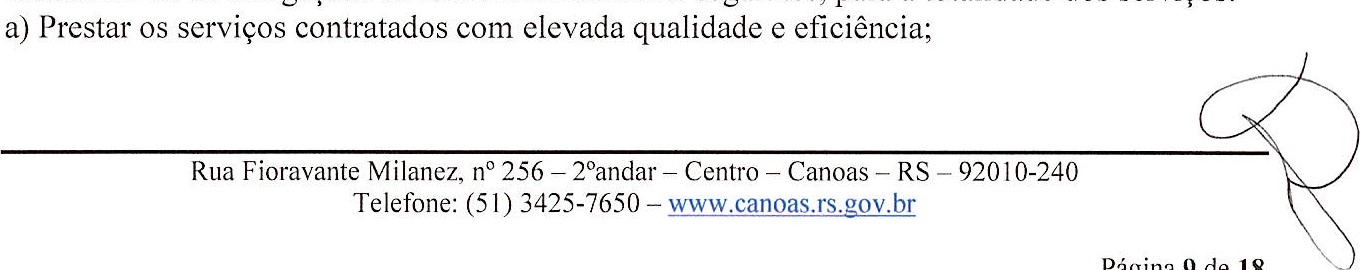
- Quando da Ordem de Início de serviços, a CONTRATADA deverá apresentar equipe contratada, com a seguinte qualificação:

1. Arquiteto e Urbanista com especialização na área do patrimônio cultural com ênfase na conservação e restauração de monumentos históricos, com experiência comprovada na execução de obras civis em bens tombados em alguma esfera pública: municipal, estadual ou federal.
2. Engenheiro com especialização nas áreas de engenharia de materiais e patologia das edificações, com experiência comprovada na execução de obras civis.

14. Das Obrigações

Da Contratada

Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA as seguintes, para a totalidade dos serviços:

a) Prestar os serviços contratados com elevada qualidade e eficiência;

1. Realizar com seus próprios recursos todos os serviços relacionados ao objeto do contrato, de acordo com as especificações nele determinadas, assumindo a responsabilidade técnica pela execução dos mesmos;
2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os objetos do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
3. Fornecer máquinas, equipamentos e pessoal para mão de obra;
4. Fornecer e utilizar todos os materiais necessários à plena execução do objeto, sem ônus de qualquer espécie para o Município, obedecendo às especificações dos projetos e memoriais descritivos;
5. Cumprir a legislação federal, estadual e municipal pertinente, e responsabilizar-se pelos danos e encargos, de qualquer espécie, decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;
6. Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas e previdenciários, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, decorrentes do objeto deste contrato;
7. Assumir responsabilidade técnica pela execução do objeto, com a respectiva RRT e ART, devidamente paga(s), em nome do profissional, arquiteto pleno, detentor do atestado de capacidade técnica;
8. O responsável técnico deverá orientar os trabalhos, comparecendo no mínimo 3 (três) dias por semana ao local dos serviços, em horários a serem pré-definidos com o fiscal do contrato, para o adequado acompanhamento dos serviços;
9. Tratar as questões inerentes ao serviço com o fiscal do contrato, por meio do responsável técnico pela execução ou, na ausência deste, por meio do mestre de obras. Não se admite aos demais empregados da CONTRATADA tratar de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa desse último;
10. Comunicar a fiscalização a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão da obra em partes ou no todo; Não depositar material de construção no passeio público, a não ser para fins de descarga;
11. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais de construção, cabendo à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes da sua má aplicação;
12. Comprovar, por meio de notas fiscais e embalagens comerciais, as características e autenticidade dos produtos utilizados na execução dos serviços, sempre que solicitado pela fiscalização;
13. Realizar testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, sempre que solicitados pelo fiscal do contrato;
14. Comunicar previamente toda concretagem ao fiscal do contrato, para que se proceda à prévia verificação das armaduras, disposições, dimensões e escoramentos das formas, e a colocação das tubulações e acessórios de instalações elétricas, preventiva de incêndio e outras, a serem embutidas no concreto, que já deverão estar executadas quando comunicado. A CONTRATADA só poderá concretar após a liberação, por escrito, do fiscal do contrato no diário de obras;



1

1. Fornecer ao fiscal do contrato cópias das notas fiscais de todas as cargas de concreto, no caso de usinado, discriminadas com o traço do produto conforme exigido no projeto estrutural;
2. Manter, em local acessível ao fiscal do contrato, o diário de obra, elaborado conforme modelo anexo ao edital. O diário deverá ser atualizado e visado pelo responsável técnico da CONTRATADA;
3. A CONTRATADA deverá custear e exercer completa vigilância ao canteiro de obras. A guarda dos materiais, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios e demais componentes necessários à execução da obra fica a cargo da CONTRATADA, que será responsável por qualquer sinistro que acarrete prejuízo material elou financeiro que venha a ocorrer durante a execução dos serviços;
4. Equipar todos os funcionários que participarem da execução do objeto do Contrato com Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e fiscalizar para que façam uso constante e correto desses equipamentos;
5. Cumprir todas as normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho;
6. Providenciar tapumes, telas e outros elementos para a segurança e completo isolamento da obra em relação ao restante da escola com seus funcionários e alunos. A escola permanecerá em funcionamento durante a execução do objeto, de acordo com o plano de execução da obra em etapas, indicadas no plano de fases de obra disponibilizado em conjunto com os projetos;
7. Providenciar, de acordo com os prazos legais e antes do final dos serviços, junto aos órgãos municipais e concessionárias de serviços públicos, a vistoria e emissão de documentação pertinente, a saber:
8. No Corpo de Bombeiros, o APPCI;
9. Nas concessionárias de energia elétrica, as ligações definitivas;
10. Na concessionária de água e esgoto, as ligações definitivas;

e) Na PMC/SMMA a Licença de Instalação (no início da obra) e a Licença de Operação (ao fim da obra).

1. Assumir, às suas expensas, parecer ou laudo técnico de profissional, não ligado diretamente ao objeto do contrato, se forem constatados problemas que gerem dúvidas quanto à integridade dos serviços pelo fiscal do contrato, a fim de apurar informações e orientações necessárias à adequada decisão sobre os serviços afetados;
2. Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, às redes da CORSAN, RGE Sul ou outra concessionária, bem como a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física. Não cabe à CONTRATANTE suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei n. 0 8.666/93, relativo a esses assuntos;
3. Aceitar acréscimo ou supressão no objeto contratado, por iniciativa da CONTRATANTE, havendo justificativa técnica e recurso financeiro disponível, conforme art. 65, SI O, da Lei n. 0 8.666/93, tendo como base os preços praticados pelo SINAPI, e mantidas as condições iniciais do contrato; aa) Oferecer garantia mínima de 5 (cinco) anos pelo serviço executado, a contar da data do recebimento do objeto.
4. A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual de 5% do valor total do contrato.



1. E de responsabilidade da empresa contratada, oportunamente, as aprovações, licenciamentos, registros, junto aos órgãos licenciadores, Concessionárias, bem como todos os custos decorrentes destes, se for o caso.
2. A CONTRATADA deve estar ciente de que a Villa Nenê é um bem tombado pelo Município, conforme Decreto 110 1062 de 01 de outubro de 2009. Portanto, é imune a demolições e descaracterizações e sujeito a cuidados e proteções especiais, principalmente dos elementos da edificação. Tanto a mão-de-obra, quanto o acompanhamento técnico dos serviços deve contar com profissionais qualificados e com experiência prévia em procedimentos de restauro. ee) A contratada será responsável pelas AÇÕES DE RESTAURAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO recomendadas no Projeto Básico, bem como demais soluções, documentos e serviços necessários à sua execução e demais produtos dispostos no Edital.
3. A CONTRATADA deverá observar a Carta Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios — Carta de Veneza (1964), com ênfase nos artigos 90, 100, 1 1 0, 120 e 13 0, para adoção dos critérios de restauração, conforme Projeto Básico.
4. A CONTRATADA deverá realizar ensaios não destrutivos e destrutivos, tomadas de amostras, conforme recomendação indicada no Projeto Básico, para elaboração dos projetos executivos a serem fornecidos.
5. A CONTRATADA deverá apresentar os projetos executivos estrutural e de fundações, contendo o detalhamento para a restauração e recuperação do bem, com base nos ensaios e investigações realizadas preliminarmente.

jj) A CONTRATADA deverá executar cuidadosa recuperação e tratamento dos elementos construídos originais. As remoções e demolições necessárias deverão ter os materiais reaproveitados.

Do Contratante:

* Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do Contrato;
* Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
* Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste Contrato;
* Exercer a fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados; - Emitir termo de Fiscalização;
* Indicar, formalmente, o gestor/fiscal para acompanhamento/ fiscalização da execução contratual;
* Encaminhar a liberação dos pagamentos mensais das faturas de prestação dos serviços, após devidamente analisadas e aprovadas pela fiscalização contratual;
* Informar a CONTRATADA, previamente ao início dos serviços, e sempre que julgar necessários, todas as normas, as rotinas e os protocolos institucionais que deverão ser seguidos



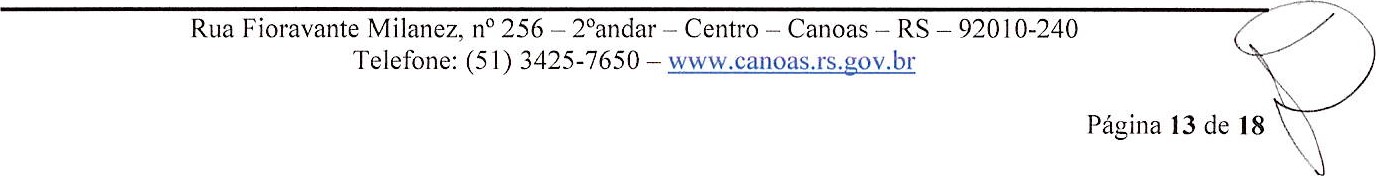
para a correta e a satisfatória execução dos serviços contratados, bem como indicar e disponibilizar instalações necessárias à execução dos mesmos;

* E dever do CONTRATANTE, sempre que houver necessidade, averiguada em processo formal, a aplicação à CONTRATADA das penalidades legais e contratuais;
* Relacionar caso necessário as dependências das instalações físicas, bem como os bens de sua propriedade que serão disponibilizados para a execução dos serviços, quando for o caso, com a indicação do estado de conservação;
* Notificar a CONTRATADA, formal e tempestivamente, através da Secretaria requisitante, por escrito, quanto ao não cumprimento de cláusulas do contrato.

Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATANTE:

* Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente uniformizados e identificados, aos locais de prestação dos serviços;
* Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
* Exigir o afastamento elou substituição imediata de empregado que não mereça confiança no trato com os serviços prestados, que adote posturas inadequadas ou incompatíveis com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;

Impedir que terceiros, que não seja a empresa CONTRATADA, efetuem os serviços prestados;

 Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, sob pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela CONTRATANTE;

 Verificar, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, mediante consulta à Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais e federais, conforme cada caso, e demais documentação exigida no Contrato;

* Proceder a vistorias nos locais onde os serviços estão sendo realizados, por meio do fiscal do contrato ou outros servidores devidamente designados, cientificando o preposto da CONTRATADA e determinando a imediata regularização das falhas eventualmente detectadas; - Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

15. Subcontratação

Será permitida subcontratação dos seguintes itens: instalação de esquadrias, de impermeabilizações, instalação de aparelhos de climatização, instalação de vidros, vigia de obra, grades, instalação de telhas, trabalhos em gesso, equipamentos e instalações de prevenção e combate a incêndio, sendo vedada qualquer outra subcontratação.

A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto. Em qualquer hipótese de subcontratação permanecem a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

16. Fiscalização

Deverá ser designado dois fiscais técnicos (arquiteto ou arquiteto e urbanista e um engenheiro civil) e um fiscal administrativo, para a fiscalização do contrato.

* O fiscal designado fiscalizará a qualidade do serviço e se o mesmo está em conformidade com normas contratuais e as normas técnicas exigíveis, podendo rejeitar o que não estiver de acordo com as normas técnicas e a qualidade exigível, responsabilizando-se a CONTRATADA pela realização de novos serviços, às suas expensas, no prazo determinado pelo fiscal, computandose o tempo despendido como atraso, a quem incumbirá:
* Quando necessário, emitir pareceres ou outro documento técnico que demonstre à boa ou má execução dos serviços objeto deste contrato.
* Quando necessário, emitir notificações à contratada demonstrando objetivamente os descumprimentos contratuais verificados pela fiscalização.
* A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a ela relativas.

17. Prazos e condições para o recebimento provisório e definitivo:

Para o Termo de Recebimento Provisório, a obra deverá estar concluída e o mesmo será emitido, após vistoria final pela fiscalização e apresentação do APPCI.

O Termo de Recebimento Provisório deverá ser solicitado junto a Central de Atendimento ao Cidadão - CAC.

O Termo de Recebimento Definitivo decorrido o prazo de observação, quanto à adequação do objeto aos termos contratuais. Poderá ser fornecido após 30 dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório e deverá ser solicitado na Central de Atendimento ao Cidadão - CAC.

18. Anexos

1. Planilha Orçamentária, composições e cotações.

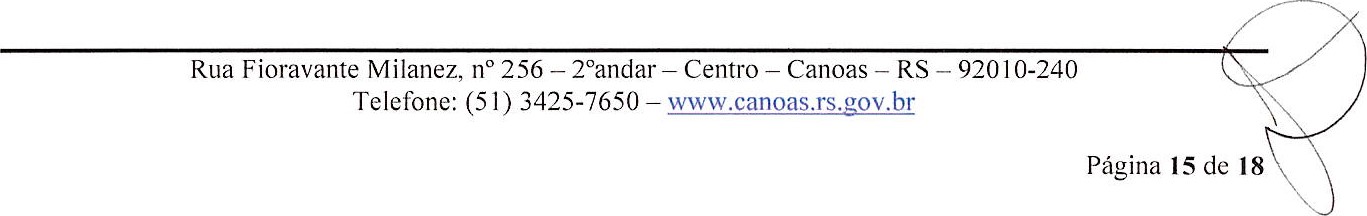


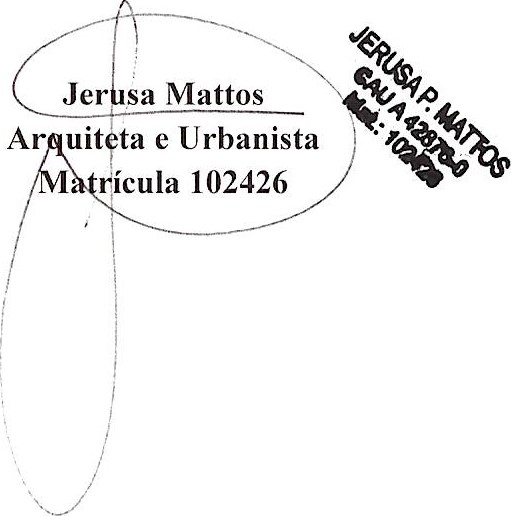
11.

Cronograma

Físico/Financeiro

111. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

1. Modelo Declaração de Disponibilidade de Equipamentos e Pessoal
2. Modelo Declaração de Reconhecimento do Local da Obra
3. Modelo Programas de Prevenção de Segurança e Saúde no Trabalho projetos.
4. Projeto Básico: Projeto Arquitetônico, Projeto Paisagístico, Projeto de Fundações, Projeto Estrutural, Projeto de Climatização, Plano de Prevenção Contra Incêndio, Projeto de Instalações Hidrossanitárias, Projeto de Instalações Elétricas — Os projetos serão disponibilizados na página da Prefeitura de Canoas, endereço eletrônico: https://www.canoas.rs.gov.br/licitacao/..........
5. Modelo de Cronograma Físico-Financeira;
6. Modelo Proposta Financeira.



ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE

EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO ADEQUADO PARA EXECUÇÃO DO

OBJETO LICITADO E INDICAÇÃO DO (S) RESPONSÁVEL (EIS) TÉCNICO (S)

Declaro(amos) sob as penas da Lei, que a Empresa................................... . .....CNPJ nodispõe das instalações, equipamentos e do pessoal técnico adequado para a execução do objeto da licitação. Declaro(amos) ainda que será(ão) responsável(is) técnico(s) pela obra, objeto do presente certame, a(o) Arquiteta(o) e a(o) Engenheira(o) Civil e CAU/ CREA  pertencente ao quadro da Empresa, detentor do acervo técnico apresentado neste processo licitatório, conforme comprovam os documentos em anexo.

de de 2023.



Assinatura do responsável da licitante

Nome do responsável da licitante



ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA.

Eu, Arquiteta(o) ou Engenheira(o) Civil,....... .. CAU no ou CREA ................,responsável técnico da empresa ....................................., venho pela presente declarar, sob as penas da lei, que fiz o reconhecimento das condições do local em que serão executados os serviços relativos ao objeto da presente licitação, comprovando a viabilidade da execução dos mesmos no referido local, de acordo com as especificações técnicas que integram o Edital e seus Anexos.

de 2023.



de

Assinatura do responsável técnico da licitante

Nome do responsável técnico da licitante



ANEXO VI - TERMO DE COMPROMISSO PARA A ELABORAÇÃO DOS

PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

licitante ,CNPJnO.

por intermédio de seu representante legal, o(a)Sr.(a).se compromete a elaborar os Programas de Prevenção de Segurança e Saúde no Trabalho, previstos nas Normas Regulamentadoras(PCMSO, PPRA, PCMAT) e demais medidas previstas na legislação pertinente.

 Local e Data:de de 2023.



Nome do representante legal da licitante

Assinatura do representante legal da licitante



-